



Campo em confronto: a politização do meio ambiente através das campanhas e jornadas de luta do MST¹

Isabelle Azevedo FERREIRA²
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida e que pretende estudar as relações entre meio ambiente, comunicação e cidadania em um dos maiores movimentos sociais da América Latina: o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST). A partir das campanhas e jornadas de luta desenvolvidas pelo movimento, neste trabalho desenvolvemos os conceitos preliminares que norteiam a pesquisa e fazemos uma tentativa de entender o processo de politização do meio ambiente, de forma a tentar compreender a complexa teia de relações existente cujos processos estão indissociáveis e fortemente relacionados.

PALAVRAS-CHAVE: meio ambiente; politização; cidadania; comunicação.

As recentes mobilizações e discussões da sociedade sobre questões ambientais pertinentes ao modelo de desenvolvimento – tais como o código florestal, a usina de Belo Monte e os acidentes decorrentes da produção de petróleo – colocam o meio ambiente no centro de uma discussão política que define mudanças na forma de consumo e produção e determina diretrizes para um desenvolvimento com sustentabilidade e equilíbrio ambiental.

Há em curso, um processo de politização da natureza que coloca em evidência a necessidade de uma ética do cuidado sobre o ambiente, mas que esteja amparada em princípios democráticos, tais como a noção de cidadania. Não apenas em princípios normativos, mas em valores sociais.

Dadas as condições em que vivemos hoje, de sociedades mediatizadas, a mídia, mesmo as alternativas a dominação hegemônica, é o espaço por onde a discussão ambiental atinge um maior número de pessoa, cria campos de visibilidade e de novas construções do processo de cidadania.

¹ Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

² Mestranda em Comunicação Social, na Universidade Federal do Ceará (UFC), e-mail: isabelle.azevedo@gmail.com



Este artigo é parte de uma pesquisa maior que pretende estudar as relações entre meio ambiente, comunicação e cidadania em um dos maiores movimentos sociais da América Latina, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra (MST). O movimento, com forte referência na luta pela reforma agrária, tem se aproximado, nos últimos anos, de um discurso político ambiental e realizado jornadas e campanhas de luta por um novo modelo de desenvolvimento no campo. Com produção de material (cartazes, spots de rádio, cartilhas, entre outros), as campanhas trazem a luta contra o agronegócio, os agrotóxicos, o código florestal.

Neste trabalho, desenvolvemos os conceitos preliminares que norteiam a pesquisa e uma tentativa de entender o processo de politização do meio ambiente, de forma a tentar compreender a complexa teia de relações existente cujos processos são indissociáveis e estão fortemente relacionados. O artigo está dividido em três grandes tópicos com foco no processo de politização da natureza; nas relações entre meio ambiente e cidadania; e, por fim, em uma análise mais detalhada sobre as questões já citadas com o MST.

1. Racionalidade econômica e a politização da natureza

As transformações vivenciadas a partir da revolução industrial conduziram a sociedade a um modelo frenético de desenvolvimento econômico que ampliou as transformações sobre o ambiente e permitiu um consumo desenfreado dos recursos naturais. Consolidou também as atuais relações paradigmáticas que orientam as relações sociais, econômicas e culturais. Esta relação é orientada, sobretudo, pelo paradigma cartesiano, baseado no pensamento de René Descartes e aprimorado através dos postulados de Newton.

O paradigma cartesiano estabelece uma visão mecanicista do conhecimento, produzindo inúmeras separações: ciências humanas e ciências exatas, corpo e mente, interioridade e exterioridade, sujeito e objeto, humanidade e natureza. Cada uma destas separações provocou efeitos na sociedade, contribuindo para o estabelecimento de um modelo econômico, tanto capitalista quanto socialista, no qual predomina uma racionalidade econômica que banizou a natureza da esfera de produção.

A separação humanidade/natureza fez com que, durante muito tempo, não se conseguisse enxergar a natureza como um organismo vivo e que possui limites para os usos. Esta racionalidade acabou por incidir ainda sobre os aspectos sociais, moldando



diversas esferas tais como a tecnologia, as esferas produtivas, a burocracia e, sobretudo, o aparelho ideológico do estado (LEFF, 2008).

Somado ao processo paradigmático, as transformações oriundas da globalização acentuaram o predomínio da racionalidade econômica na sociedade e influenciaram a crise ambiental planetária que domina o cenário. Este cenário não está restrito apenas ao espaço urbano, como muitos são levados a pensar.

Desta forma, com a aproximação das distâncias pelo processo de globalização, a crise ambiental e a racionalidade econômica também passam pelo ambiente rural. As mudanças ocorridas nas políticas para o campo, na última década, estão sob forte influência do processo globalizatório.

A opção do governo brasileiro em fortalecer o agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo, permitiu uma forte entrada do capital estrangeiro para acúmulo de terras e produção de commodities agrícolas. Além disso, são características deste sistema: a monocultura, produção para a exportação, o controle da produção pela seleção das sementes e do uso intensivo de agrotóxicos.

Em contrapartida a este modelo que tem se tornado hegemônico, diversos movimentos tentam colocar em prática uma agricultura capaz de combinar a solidariedade da agricultura familiar com a sustentabilidade ecológica, prolongando o uso da terra de forma natural, sem o uso de agentes tóxicos ao ambiente. Desta forma:

A problemática ambiental questiona uma série de ideologias teóricas e práticas: não apenas os valores e comportamentos associados às práticas de consumo derivadas da sociedade pós-industrial ou pós-moderna e aos interesses disciplinares que obstaculizam a análise integrada da realidade e a implementação de programas de aproveitamento integrado dos recursos e desenvolvimento sustentado, mas também as ideologias que orientam as demandas e reivindicações das classes trabalhadoras e dos movimentos populares para satisfazer suas necessidades básicas por intermédio da propriedade social dos meios de produção, do acesso ao mercado de trabalho e da distribuição da renda. (LEFF, 2002, p.153)

Neste sentido, entendemos que há um processo de politização da natureza, visto que as questões ambientais vão integrar um processo político amplo que instaura responsabilidades, direitos e deveres sobre o ambiente. A questão ambiental passa a ser um elemento central na disputa política de um projeto de sociedade: de um lado um modelo cujo desenvolvimento incide diretamente sobre a natureza e, do outro, um modelo que tenta aliar este desenvolvimento a preservação do ambiente. “O ambiental



revela-se como uma nova força produtiva e uma nova força política” (LEFF, 2002, p.155).

Santos (1999) ressalta que embora a natureza seja difícil de se politizar por ser uma relação social que se oculta atrás de si própria, os riscos de uma catástrofe ecológica já coloca a politização em curso no futuro. Ainda segundo ele, este processo de politização da natureza está diretamente ligado à questão da cidadania. Para ele, “significa uma transformação radical da ética política da responsabilidade liberal, assente na reciprocidade entre deveres e direitos. Será então possível atribuir direitos à natureza sem, em contrapartida, ter de lhe exigir deveres.” (SANTOS, 1999, p.236).

Durante muito tempo considerava-se que o lugar da politização da natureza estava restrito ao movimento ambientalista. Com a dinâmica própria dos movimentos sociais, este lugar passa a ser também de outros movimentos, atingidos direto ou indiretamente pela questão ambiental. Desta forma, “A questão ambiental gera novas alianças populares, táticas novas de concerto do Estado com grupos empresariais, políticos e com a sociedade civil para resolver os problemas ambientais(...)” (LEFF, 2002, p.154).

Uma outra característica deste processo de politização da natureza, é que ele também passa por disputas no campo comunicacional. A comunicação é, desta forma, um instrumento para consolidar o projeto político-econômico estabelecido com a globalização, intensificando a influência espaço-tempo e gerando impactos nas relações de consumo e cidadania.

Para exemplificar estas duas características citadas, tomaremos como referência O MST cujo diálogo com a questão ambiental tem se intensificado nos últimos anos em prol de um novo modelo de desenvolvimento. Utilizando-se da comunicação do movimento, são empreendidas divulgações da constituição política do movimento sobre a natureza.

2. A cidadania que passa pelo meio ambiente e a comunicação

Os processos de construção da cidadania, a partir do predomínio de um viés liberal, sofreram inúmeras críticas e transformações ao longo dos anos. Gohn (2005) afirma que a concepção liberal tratava de ordens de direitos naturais e imprescritíveis ao ser humano: liberdade de pensamento e de expressão; igualdade perante a lei e direito à propriedade; e os direitos à nação. Os direitos civis, nascidos com o advento do liberalismo, passaram a incorporar a cidadania como uma questão social.



Contudo, a crítica aos princípios liberais passa a conceber a cidadania não apenas como a necessidade de se ter direitos. A cidadania, como enfatiza Dagnino (1994), não estaria vinculada a classes sociais dominantes emergindo, sobretudo, de sujeitos sociais ativos que lutam pelo reconhecimento dos direitos. “Neste sentido, ela é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de baixo para cima” (DAGNINO, 1994, p.5). São incorporadas a esse modelo de cidadania a premissa do direito a ter direitos. Desta forma, os direitos passam a ser estabelecidos não apenas pelo caráter normativo, mas também, atendendo a lutas específicas.

A ampliação e a consolidação do processo de globalização vão instaurar novos princípios e “fenômenos” ao conceito de cidadania, reconfigurando o cidadão na esfera da pós-modernidade. Para Vieira (2001), neste contexto, a cidadania democrática foi atingida em profundidade tanto no modo de legitimação e como meio de integração social, como no status legal igualitário de direitos e deveres. A cidadania deixou de estar associada apenas a aspectos econômicos. Ela está inerentemente ligada aos aspectos sociais e culturais da sociedade.

A globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. (MCGREW apud HALL, 2006, p.67)

O processo de globalização fez surgir ainda novas concepções como a cidadania coletiva, a cidadania cosmopolita, cidadania multicultural e a cidadania planetária. Desta forma, se incorporam perspectivas como a defesa pelo meio ambiente, direitos humanos, educação, entre outros (GOHN, 2005).

Desta forma, retomando a questão da politização da natureza, é possível falar em uma noção de cidadania ambiental, à medida em que a cidadania solicita novos paradigmas, indispensáveis para uma releitura do mundo atual (WALDMAN, 2003).

Para Sanchez (2000), a problemática ambiental coloca novas questões para a sociedade contemporânea. Abre um campo para a construção de uma cidadania coletiva: um novo exercício da cidadania que vai além das limitações da cidadania construída no marco liberal. Assim sendo, a revisão do entendimento da relação homem-natureza coloca-se como uma prioridade para a construção desta cidadania.

Waldman (*apud* Sousa, 2006) afirma em sua proposta de cidadania ambiental que o desafio posto está relacionado com a mudança de valores que está por trás da



economia global, tornando-a compatível com as exigências de dignidade humana e da sustentabilidade ecológica. É necessário repensar, sobretudo, os valores de como a representação da natureza foi construída no imaginário social do mundo a partir, uma vez que foi consolidado o paradigma cuja racionalidade é o pressuposto fundamental e a natureza o elemento de dominação.

A construção de uma cidadania ambiental faz parte de um amplo processo que envolve os mais diversos atores da sociedade civil capazes de se envolver e participar das decisões políticas ambientais, seja através da inserção nos espaços de controle social, seja através de decisões individuais de sujeitos sensibilizados com a causa ambiental, mas que atuam em vários níveis dessa sensibilização. Vieira (2001, p.237) nos lembra que “a cidadania não é uma essência, mas uma construção histórica, que está intimamente ligada às lutas pela conquista dos direitos do cidadão moderno”.

Os movimentos sociais rurais também sofreram com as transformações já citadas. Ao analisar as principais influências na constituição do MST, Scheren-Warren (2000) aponta o “ideário democrático” do novo movimento cidadão globalizado como uma das influências que predominará o movimento durante toda a década de 1990³.

Neste movimento cidadão não só o ideário da democracia se fortalece enquanto valor universal, como novos significados vão complexificando esta noção: 'un mundo donde quepan muchos mundos' (...)(SCHEREN-WARREN, 2000, p.35).

É nesse ideário que o MST amplia sua luta para além do acesso à terra e se insere na construção dos espaços de cidadania amparados nos valores universais. O meio ambiente torna-se, desta forma, um desses valores.

Reconhecendo a lógica da globalização, neste sentido, Maria Cristina Mata (2004) afirma que a noção de cidadania é um recurso necessário para pensar o intercâmbio e a vinculação simbólica dos indivíduos em um espaço comum pelas tecnologias de produção e distribuição de informação e produtos midiáticos. Ainda segundo a autora, é também importante para compreender a desterritorialização de processos produtivos, dos processos migratórios e as interações mundiais em termos de negócios e entretenimento.

³Para a autora o MST constrói sua ideologia a partir de três principais correntes de pensamento: a simbologia cristã que foi hegemônica na origem do movimento (de 1979 a 1984); a teoria marxista-leninista, que se fortalece a partir de meados dos anos 80; e o novo movimento cidadão globalizado, “que vai se intensificando no MST, na medida de sua participação na ampla rede do movimento cidadão planetário ao longo da década de 90” (SCHEREN-WARREN, 2000, p.35).



Para Nestor García-Canclini (2008), o processo de globalização liga a cidadania não apenas a dimensão da comunicação, mas também as práticas de consumo, visto que há uma necessidade de se comprar não apenas bens materiais, mas também de adquirir bens simbólicos. Numa sociedade mediatizada, segundo o autor, é através dos meios de comunicação que os cidadãos vão encontrar a ajuda para exercer a cidadania, substituindo assim as instâncias que legitimam o cidadão. A comunicação cumpre, desta forma, seu papel mediador.

As perguntas próprias aos cidadãos, sobre como obtermos informações e quem representa nossos interesses, são respondidas antes pelo consumo privado de bens e meios de comunicação do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação em organizações políticas desacreditadas (CANCLINI, 2008, p.14)

Com isso, segundo Mata (2006), a emergência das questões de cidadania nos estudos de comunicação adquire um sentido que é político, uma vez que as relações entre cidadania e comunicação são fundamentais para se entender as condições dos cidadãos nas sociedades mediatizadas.

A partir dela podemos e devemos adquirir a apropriação dos recursos expressivos de caráter por parte do Estado e o mercado é reconhecido como limite substantivo do exercício do conjunto de direitos que fazem democrática uma sociedade⁴ (MATA, 2006, p. 14)

Da autora, trazemos para este trabalho o conceito de cidadania comunicativa que combina direitos civis (liberdade de expressão, direito à informação, por exemplo) instrumentalizados (leis, decretos e etc) com o compromisso das pessoas com a coisa pública, convergindo para a participação de debates e a construção de projetos de sociedade. Mata acrescenta ainda sobre a cidadania comunicativa:

(...) Entendemos como a capacidade de ser sujeito da lei e da demanda no campo da comunicação pública, e o exercício desse direito. É uma noção complexa que envolve várias dimensões e reconhece a condição de público dos meios que os indivíduos tem nas sociedades mediatizadas. (MATA, 2006, p.13)

Segundo Mata (2005), dada as condições sociais e as particularidades próprias da sociedade, é necessário categorizar a cidadania comunicativa em quatro níveis: cidadania comunicativa formal, ligado aos aspectos jurídicos; cidadania comunicativa reconhecida, na qual relaciona-se aos aspectos identitários; cidadania comunicativa exercida onde se desenvolvem práticas sociais reivindicatórias; e a cidadania

⁴Tradução livre



comunicativa ideal, “É entendido como proposições sobre a informação e comunicação pública, da teoria política e aplicações e as expectativas de transformação social (...)”⁵ (MATA, 2005, p.2).

Conceituada a cidadania comunicativa, Mata (2005) apresenta questões que podem ser investigadas de acordo com a categoria. Dentre estas questões está as expectativas cidadãs em matéria comunicacional e ainda a valorização da prática como motor de transformação.

Desta forma, é importante perceber que as transformações da cidadania, aliada ao processo comunicacional, tem se tornado um fator importante de politização da natureza para construção de novos projetos de sociedade que possam aliar desenvolvimento à sustentabilidade ambiental.

3. MST: em busca de uma sustentabilidade no campo

Embora tenha uma discussão que se aproxima da questão ambiental, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, não conseguiu, durante muito tempo, colocar a questão ambiental como pauta principal do movimento. Enquanto movimento organizado, o MST começou a se articular durante a realização do I Encontro Nacional dos Sem Terra (1984), realizado em Cascavel, no Paraná.

O evento contou com a participação de mais de 80 pessoas oriundas de 13 estados do Brasil. “Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (Secretaria Nacional do MST, 2010, p. 9).

A partir daí, da sua fundação (1984) até o começo dos anos 2000, com o Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), o MST preocupou-se eminentemente com a regulamentação constitucional das desapropriações para a reforma agrária e a efetivação de que a reforma pudesse ser implementada. A questão ambiental, contudo, ficou periféricamente inserida nos documentos do movimento.

Negri (2005) registra uma preocupação ambiental no “Plano Nacional do MST: 1989 a 1993” que propõem “Desenvolver um trabalho de educação entre as famílias assentadas, principalmente jovens e crianças, sobre a importância da preservação dos

⁵Tradução livre



recursos naturais (fauna, flora, solo e água)” (PLANO NACIONAL *apud* NEGRI, 2005, p. 22).

Costa Neto (2002), afirma que de 1995 em diante, o MST intensificou o discurso programático em favor da sustentabilidade ao unir-se aos representantes de organizações não-governamentais (ONGs), ligadas às questões da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Contudo, como ressalta o autor, somente a partir de 2000, durante a realização do 4º Congresso do Movimento, é que o MST vai intensificar o diálogo com a pauta ambiental.

É nesse período que o movimento lança um documento específico para tratar da questão ambiental. No documento intitulado “Nossos compromissos com a terra e com a vida”, dez resoluções apontam caminhos para proteger e preservar a natureza e todas as formas de vida.

Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida;

1- Amar e preservar a terra e os seres da Natureza;

2 Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a Natureza e a agricultura;

3-Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos;

4- Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas;

5- Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água;

6- Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores, etc.;

7- Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente;

8- Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a Natureza;

9- Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade;

10- Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

(Secretaria Nacional do MST, 2010, p. 36).

Em 2006, a questão ambiental ganha destaque nacional com a campanha das mulheres da Via Campesina contra o capitalismo. Por todo o Brasil, as campesinas transformaram o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, em um grande ato contra a permissão da comercialização de milho transgênico pelo governo brasileiro à Bayer e à Monsanto, contra os desertos verdes⁶, e aos diversos problemas ambientais

⁶O predomínio da monocultura do eucalipto, acácia ou pinus para beneficiar a indústria de celulose favorece o chamado deserto verde. Nestes lugares a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam e há contaminação por poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana.



enfrentados nas regiões do país. Contudo, a ação mais marcante foi a ocupação das instalações da Aracruz Celulose, empresa produtora de celulose, em Barra do Ribeiro, a 56 km de Porto Alegre.

Para os capitalistas, a terra, as águas, as sementes, o ar, as matas são recursos que devem ser explorados conforme seus interesses econômicos. Para nós, camponesas e camponeses, estes elementos da natureza são a base da vida, são riquezas que não tem preço, por isso não podem ser mercantilizadas. Em nome do desenvolvimento, do progresso e da modernidade, o capitalismo avança sobre o mundo desrespeitando limites, leis, colocando em risco a vida de todos os seres vivos, inclusive da humanidade. (VIA CAMPESINA – BRASIL, 08/03/2006)

As imagens das mulheres destruindo o horto florestal da Aracruz Florestal, em um protesto contra a expansão das plantações da monocultura do eucalipto e da compra ilegal de terras por empresas estrangeiras, teve repercussões em vários grandes jornais do Brasil e do exterior.

Embora a ação tenha intensificado um processo da mídia em criminalizar o MST, o 8 de março tornou-se para o movimento de mulheres camponesas, um marco contra “a Violência do agronegócio e dos Agrotóxicos: por reforma agrária e soberania alimentar” (VIA CAMPESINA – BRASIL, Março/2011). Desta forma, a mulher passou a ser um dos elementos centrais nas disputas e ações ambientais que estão sendo empreendidas pelo MST.

A pobreza tem cara de mulher. No Brasil são as mulheres e as crianças pobres que mais sofrem as consequências desse modelo devastador do meio ambiente e dos direitos sociais. A vida está ameaçada! Por isso estamos em luta contra o Agronegócio e os agrotóxicos para defender nossa cultura, nossa terra, o meio ambiente e a nossa saúde! As gerações futuras dependem da nossa ação! (VIA CAMPESINA – BRASIL, Março/2011).

A questão ambiental passa a ser um novo elemento na disputa pelo projeto de sociedade que o MST quer construir, fazendo-se entender que a mudança entre as relações entre homem e natureza são fundamentais para a construção de uma nova sociedade.

Em entrevista à revista Carta Capital⁷ de agosto de 2011, João Pedro Stédile, um dos principais líderes do MST, afirma que o movimento deixou de lado a luta pela reforma agrária tradicional e passou a desenvolver o caminho da “reforma agrária

⁷AGGEGE, Soraya. O MST muda o foco. Carta Capital, 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-mst-muda-o-foco>. Acesso em 01/08/2011



popular”, a partir da defesa de um novo modelo de desenvolvimento agrícola: o agroecológico, modelo que combina a solidariedade da agricultura familiar com a sustentabilidade ecológica.

Como percebemos, o MST vem desenvolvendo uma política de comunicação na qual os militantes pudessem compreender a realidade social a partir das ideias e propostas do movimento e não somente da mídia comercial. A partir disso, é organizado o setor de comunicação do movimento, ligado a Coordenação Nacional do MST, cuja função é produção de materiais e assessoria de comunicação. Com isso, o movimento criou vários produtos como o jornal mensal “Sem Terra”, a revista bimestral “Sem Terra”, o programa de rádio “Vozes da Terra” e ainda o site do movimento⁸.

Além disso, o movimento tem empreendido campanhas e jornadas de luta como forma de dar visibilidade as lutas do movimento. Através de cartazes, mensagens de rádio, vídeos, exposição de fotos, marchas entre outras ações, as campanhas procuram levar a mensagem do MST contra a exploração da terra. Grande parte das campanhas rejeitam o modelo do agronegócio – que alia capital estrangeiro à exploração violenta e devastadora da terra – e passam a lutar por um modelo de produção agroecológico.

Diante disto, os movimentos sociais começam a enxergar na comunicação uma forma de se fortalecer e atingir os objetivos propostos .

Na prática, os movimentos populares vêm agregando às suas históricas lutas pela conquista de direitos sociais e políticos a busca do acesso aos meios de comunicação como direito de exercer a liberdade de expressão tanto em nível individual como coletivo” (PERUZZO, p. 14, 2005.)

A ampla produção de materiais institucionais das campanhas empreendidas pelo movimento coloca como fundamental o exercício independente do direito de comunicar, já que proporciona demandas múltiplas da realidade (MATA, 2006). As campanhas apresentam os problemas reais enfrentados por homens e mulheres no campo como, por exemplo, o uso do agrotóxico, a monocultura do eucalipto, o consumo desenfreado de água.

A mais recente campanha cujo MST refere-se à Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida. Lançada em 2011, fruto de uma ampla aliança que congrega mais de 30 entidades, a campanha criminaliza o uso intensivo de agrotóxicos, produto que vem fazendo do Brasil um dos campeões mundiais nesta prática. Segundo

⁸ O site funciona no seguinte endereço: www.mst.org.br



informações da campanha, pretende-se debater com a população sobre os perigos do agrotóxico na saúde e seu impacto no meio ambiente.

No programa de rádio “Os modelos agrícolas em disputa”⁹, produzido pela Radioagência de Notícias do Planalto (Rádio NP) para a campanha, podemos perceber a comunicação atuando no processo de politização da natureza:

(...) Há uma disputa entre dois modelos agrícolas: o agronegócio e a pequena agricultura. Diante dos efeitos causados pela utilização dos agrotóxicos, é necessário que os produtores, juntamente com os consumidores, discutam qual o melhor modelo de produção agrícola para o país. (RÁDIO NP, 2011)

Embora não haja palavras, tais como desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade, que fazem referência direta a constituição de um projeto político alternativo, o contexto incentiva o ouvinte, enquanto consumidor de bens materiais e simbólicos a repensar o modo de produção agrícola.

Neste caso, a cidadania comunicativa ocorre em dois níveis, tais quais caracterizadas por Mata (2005). Atua enquanto *cidadania comunicativa reconhecida* “como uma condição a partir do qual o sujeito pensa em si mesmo” (MATA, p.3, 2005) e ainda enquanto *cidadania comunicativa exercida*, uma vez que convoca o movimento para assimilar o que a autora citada considera como uma consciência prática. Assim ocorre também no seguinte trecho, desta vez do programa nº4 da série “Os perigos do agrotóxico no Brasil”¹⁰.

A preservação do meio ambiente, como da água, do solo, do ar e das chuvas, deixa para todos os brasileiros a tarefa de discutir quem são os grandes beneficiados e prejudicados pelo uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras de nosso país. (RADIO NP, 2011)

A relação aqui estabelecida torna a comunicação como mediadora deste processo que atribui responsabilidades, direitos e deveres sobre o ambiente ao cidadão. Neste sentido, o estímulo participação dos cidadãos torna-se um elemento fundamental para que as mudanças aconteçam.

É também neste tom, de estímulo a participação, que o slogan da campanha do MST sobre o código florestal, de maio de 2011, convoca em letras garrafais: Não deixe o agronegócio destruir o Brasil!

⁹ Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/9569-Os-modelos-agricolas-em-disputa>

¹⁰ Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/9573-Os-danos-dos-agrotoxicos-ao-meio-ambiente>



Levando-se em conta o conceito de cidadania comunicativa, a comunicação exerce aqui um papel importante na construção dessa cidadania, já que, é a partir deste espaço público, que temos uma das principais formas de produção de sentido da cidadania, considerado-se o lugar onde produzem, negociam e disputam os sentidos ofertados à sociedade (MORIGI E ROSA, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última década, o tema meio ambiente assumiu novas proporções dentro do MST, à medida em que o agronegócio passou a dominar as relações entre ambiente, trabalho e economia.

Neste cenário, as campanhas de comunicação do movimento – concebido a partir uma comunicação alternativa – tornam-se elementos estratégicos para questionar o processo de globalização que avança fortemente sobre o território rural e que amplia a racionalidade econômica e produtiva sobre o meio ambiente. Assim, destaca-se uma comunicação com cunho ambiental, produzida por um movimento que, originalmente, é categorizado como não-ambientalista.

Desta forma, coloca-se a questão ambiental no centro da agenda política, na qual o meio ambiente é fator imprescindível para determinar os rumos do desenvolvimento. Na maioria das vezes, foram estas campanhas que suscitaram na sociedade e na mídia tradicional, o debate sobre os problemas ambientais, como no caso dos desertos verdes e, mais recentemente, dos agrotóxicos. Há, desta forma, um agendamento positivo sobre o tema.

O trabalho que começa a ser desenvolvido aponta para um processo de politização da natureza que, sob influência dos fatores da globalização, direcionam para a investigação de caminhos para transformações não apenas na cidadania, mas das experiências comunitárias, da formação de identidades, da formação de sujeitos. O desafio, entretanto, é perceber este processo em um movimento, como o MST, cujo diálogo com a questão ambiental é recente e ainda está em plena construção.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos. Rio de Janeiro**, Editora UFRJ, 2008.



COSTA NETO, Canrobert P. L.; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, Héctor (Org.). Ecologia Política: Naturaleza, Sociedad y Utopia. México:Clasco, 2002. p. 203-215

DAGININO, Eveline. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/cidadania/movimentosnovacidadania.html>. Acesso em 18/06/2009.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** São Paulo: Cortez, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2002, 3º ed.

_____. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

MATA, Maria Cristina. **Condiciones objetivas y subjetivas para el Desarrollo de la ciudadanía comunicativa. Córdoba, Argentina, 2005:** Centro de Competencia en Comunicación para América Latina.

_____. **Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. Revista Fronteiras: estudos midiáticos.** Córdoba, Vol. VIII, nº1, Janeiro/abril 2006.

MORIGI, Waldir José; ROSA, Rosane. Cidadania Midiatizada, cidadão planetário. **Comunicação e espaço público.** Brasília, Ano VII, nº1 e nº2, 2004.

NEGRI, Paulo Sérgio. **A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: o caso do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas, Paraná.** Londrina Paraná, 2005. Mimeo.

PERUZZO, Cicilia M.Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, ano II, n.3, jul//dic. 2005. São Paulo: ALAIC. p.18-41.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** Porto: Editora Afrontamentos, 1994, 7ª edição.

SANCHÉZ, Solange S. Silva. **Cidadania Ambiental: novos direitos no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2000.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão DomingOS; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009.



SECRETARIA NACIONAL DO MST. **MST lutas e conquistas**. São Paulo:2010. 2º ed.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do MST. **Cadernos de Pesquisa**, nº 24, Santa Catarina, Novembro 2000.

SOUZA, Jean Carlos Vilas Boas. Cidadania verde na sociedade da comunicação: caminho para mudar o organismo global. **UNIREVISTA**, Porto Alegre, Volume I, nº 3, 2006.

VIEIRA, Litz. Os Argonautas da Cidadania – Desafios da sociedade na globalização. São Paulo: Editora Record, 2001.